

PAULO DUARTE E A DEFESA DA UNIVERSIDADE

Marli Guimarães Hayashi¹

Em dezembro de 1965 foi afixado no Quadro de Avisos da Escola Politécnica o seguinte comunicado:

“A Diretoria da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo comunica aos srs. Alunos que, considerando como um insulto pessoal ao sr. Diretor e demais membros do Corpo Docente da Escola Politécnica da USP, a eleição do sr. Paulo Duarte, para paraninfo da turma de engenheiros de 1965, resolve se abster de enviar qualquer representante oficial às solenidades de formatura dos citados engenheiros por não terem os mesmos agido dentro do espírito da revolução de 31 de março de 1964. Gabinete do Diretor, São Paulo, 2 de dezembro de 1965. (a) - Tarcísio Damy de Souza Santos.”²

A repulsa da Direção da Escola Politécnica a figura de Paulo Duarte foi uma das conseqüências de sua entrevista ao jornal *A Gazeta*, em 11 de maio daquele ano, na qual expôs os problemas da Universidade de São Paulo (USP). Por conta disso, Duarte, que era diretor do Instituto de Pré-História (IPH) e membro do Conselho Universitário, estava sendo processado pela reitoria.

A entrada de Paulo Duarte na USP ocorreu em dezembro de 1962, quando foi criado o Instituto de Pré-História³. O surgimento do órgão foi a concretização de uma luta que durou quase vinte anos. Advogado, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Paulo Duarte sempre foi um autodidata nos estudos pré-históricos. Ao viver na França, entre os anos 30 e 40, ele se tornou amigo do diretor do Museu do Homem de Paris, Paul Rivet. Ao ser apresentado ao diretor, Paulo Duarte contou-lhe sobre seus estudos solitários de antropologia e da pré-história e declarou que queria *“lixar o autodidatismo no esmeril do Museu”*⁴. Rivet colocou à sua disposição os laboratórios e gabinetes, tendo o jornalista a chance de conviver com professores de diversas áreas tais como Marcel Mauss, Paul Valéry, Lucien Febvre, Pe. Teilhard de Chardin, dentre outros. Os cursos possibilitavam a Duarte livrar-se desse autodidatismo que o incomodava, a fim de obter, no campo científico, o reconhecimento esperado. Integrar-se aos meios universitários sempre foi seu grande objetivo, desde que participou da fundação da Universidade de São Paulo.

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. E-Mail: <marligh@uol.com.br>.

² DUARTE, Paulo. *O resto não é silêncio...* (oração de paraninfo da turma de 1965, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). São Paulo: s.r., 1966, p. 17.

³ Pelo decreto n. 41.222, de 17 de dezembro de 1962, foram criados dois novos institutos na USP: o de Pré-História e o de Biologia Marinha.

⁴ DUARTE, Paulo. *O espírito das catedrais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 267.

Em 1919, Paulo Duarte ingressou no jornalismo quando começou a trabalhar n' *O Estado de S. Paulo*. O emprego propiciou o início de uma amizade com Júlio Mesquita Filho, atuando em vários acontecimentos encabeçados pelo “grupo do Estado”, sendo a criação da USP, em 1934, um deles. Essa ligação é um exemplo do que Jean-François Sirinelli chamou de “*sensibilidade ideológica ou cultural comum*” em torno da qual um grupo de intelectuais se organiza e que o historiador não pode subestimar ou ignorar. Igualmente importante no meio intelectual é a noção de geração, pois os processos de transmissão intelectual são essenciais, uma vez que um intelectual sempre se define por referência a uma herança, como legatário ou filho pródigo⁵. Paulo Duarte atribuía sua formação a duas pessoas ligadas ao *Estadão*: Júlio Mesquita e Amadeu Amaral. O crítico literário Wilson Martins assim explicou essa relação:

“Seus dois ‘fanatismos mentais’ eram São Paulo e a civilização francesa, o que o identificava com o chamado ‘grupo do Estado’, sistema planetário que recebia luz e calor de Júlio Mesquita Filho, depois do primeiro Júlio Mesquita, de quem Paulo Duarte era filho espiritual e por quem alimentava uma devoção religiosa.

*Claro, ser filho espiritual não lhe dava a condição de irmão mais velho e muito menos a de patriarca que todos reconheciam em Júlio Mesquita Filho desde que assumiu a herança paterna e que resguardava discreta, mas ciosamente. O orgulho paulista, que ele encarnava como ninguém, encontrou na revolução de 1932 a representação política mais afirmativa, ao mesmo tempo em que a derrota concorreu para acentuar ainda mais a consciência da singularidade paulista. Note-se que, por muitos anos, o jornal foi a voz mais autorizada e influente da comunidade e dos sentimentos profundos, sem prejuízo dos ressentimentos que ‘os Mesquita’ despertavam em outros círculos.”*⁶

Por essa grande proximidade com a família proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*, Paulo Duarte, ao lado de Júlio Mesquita Filho, colaborou na organização da Universidade de São Paulo. Segundo o jornalista, coube-lhe indicar Henrique da Rocha Lima e Fernando de Azevedo para a comissão que trataria desse projeto. Vetou o nome de Guilherme de Almeida, mas concordou com a presença de Teodoro Ramos e André Dreyfuss, convidados por Mesquita Filho⁷. As discussões prosseguiram e professores estrangeiros eram convidados, mas na publicação do anteprojeto de fundação da Universidade de São Paulo, o nome de Paulo Duarte fora omitido sem qualquer explicação. Tempos depois, Júlio Mesquita Filho teria enviado ao companheiro uma cópia do decreto-lei que criava a USP, assinada por todos os membros da comissão, para que Duarte colocasse sua assinatura. De raiva, não o fez e nem agradeceu a atenção, mas garantiu: “*Ninguém poderia jamais negar-me o título de um de seus fundadores*”.

⁵ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1966, p. 248.

⁶ Questionário respondido por Wilson Martins. Curitiba, 02 de setembro de 1999.

⁷ DUARTE, Paulo. *Memórias: Selva Oscura* - vol. III. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 68-73.

A omissão do nome de Duarte pode ser explicada pela relevância do projeto para uma parcela da elite paulista. As derrotas de 1930 e de 1932 teriam sido motivadas pela falta de quadros especializados para o trabalho político e cultural. Por isso, a fundação da Universidade de São Paulo em 1934 representava a criação de um instrumento de luta contra as pretensões de mando no plano federal⁸. Para Simon Schwartzman, a estruturação da USP deveu-se a três pessoas: Armando de Salles Oliveira, governador do Estado; Júlio Mesquita Filho; e Paulo Duarte. A exclusão do nome deste último refletia a atmosfera da época, além de ser presença marcante para uma iniciativa daquela envergadura, dentro de um projeto político de reconquista da hegemonia perdida⁹. Embora oficialmente omitido da história da Universidade de São Paulo, Duarte fez questão de ingressar e defender a instituição que ajudou a criar.

Essa luta foi bastante evidente poucos meses depois do golpe de 1964. Em maio, numa carta endereçada a Júlio Mesquita Filho, Duarte narrou as arbitrariedades sofridas pela USP. Com a conivência da reitoria, a repressão policial passou a ser constante, com vários detidos, dentre os quais o físico Mário Schemberg. O professor teve sua casa revirada em busca de “planos subversivos”, com depredação da biblioteca e de objetos de arte. Segundo Paulo Duarte, o reitor interino e o diretor da Faculdade de Filosofia foram proibidos de visitar Schemberg e, em sua opinião, não protestaram de maneira suficientemente enérgica. A situação, argumentava o jornalista, não visava a manutenção da ordem e a preservação do regime vencedor, mas a “*execução de denúncias dadas por inimigos sem envergadura que se aproveitam dos momentos de confusão para vingar-se de agravos pessoais*”¹⁰. Outro exemplo citado na carta foi a prisão do professor da Faculdade de Filosofia de Rio Claro e diretor da Fapesp, Warwick Kerr. A fim de exibir sua autoridade, o delegado de polícia Nestor Penteado apostou, na mesa de um bar, que prenderia um professor da Faculdade de Filosofia. Kerr permaneceu onze horas detido e nenhuma providência ou medida de esclarecimento foi tomada junto à polícia¹¹.

O protesto de Paulo Duarte enviado ao dono do jornal *O Estado de S. Paulo* já denunciava a implantação do terrorismo cultural na Universidade de São Paulo. Pouco tempo depois, o reitor Luís Antônio da Gama e Silva nomeou uma comissão para investigar atividades subversivas na USP. Essa comissão de expurgo arrolou cinquenta e duas pessoas, sendo quarenta e quatro professores, como candidatos à suspensão dos direitos políticos por concluir que fossem “*doutrinadores e agentes dos processos subversivos*”¹². O jornalista estava convicto de que esses professores

⁸ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

⁹ SCHWARTZMAN, Simon. A Universidade de São Paulo. In: *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979, p. 203.

¹⁰ A carta de Paulo Duarte a Júlio Mesquita Filho foi publicada em *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1964.

¹¹ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1964.

¹² ADUSP. *O Livro Negro da USP: o controle ideológico da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Adusp, 1978, p. 16.

foram delatados pelos próprios colegas porque, do levantamento feito pela Universidade, apenas dois ou três nomes foram aceitos pelos militares para a instauração de inquéritos.

No Conselho Universitário, Paulo Duarte protestava contra a prisão de professores e alunos, denunciava as intimidações feitas pela polícia, reclamava da invasão do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e acusava existir na USP um terrorismo cultural¹³. No entanto, as manifestações do jornalista não ficaram restritas no âmbito da Universidade de São Paulo. Através da imprensa, ele demonstrava seus descontentamentos e expunha os problemas. Sua manifestação mais enfática aconteceu na entrevista dada ao jornal *A Gazeta*¹⁴. Nela, ele denunciou a existência da cátedra vitalícia e o terrorismo cultural. Sobre a primeira questão, afirmou:

*“De um modo geral, o que se via era o candidato à cátedra fazer pequeno esforço inicial para sua conquista num concurso (muitas vezes, uma ação entre amigos), para, uma vez conquistada, nela encarapitar-se para o resto da vida, usando dela, não para servir a universidade, mas para servir a sua própria carreira pessoal, o seu consultório ou o seu escritório ou, ainda, à sua própria vida pública, enquanto que, moços capazes e cultos ficavam anos e anos marcando passo, sem a menor oportunidade para completar o seu ciclo universitário.”*¹⁵

Para Paulo Duarte, quem defendia a cátedra vitalícia eram os “velhos rinocerontes” que dominavam o Conselho Universitário. O termo rinoceronte podia ser tomado, segundo ele, em vários sentidos. Um deles era o fato deste animal ser míope. Contudo, seu uso foi ampliado com a peça *Le Rhinocéros*, do dramaturgo Eugène Ionesco. Nessa obra Ionesco fez uma sátira àqueles que, na II guerra, não reagiram durante a ocupação alemã na França, optando por adaptar-se à nova situação, ao invés de abrir mão de uma vida confortável e tranqüila, garantida pelos invasores aos que não resistissem, nem criassem problemas. A respeito do terrorismo cultural, o diretor do Instituto de Pré-História foi igualmente implacável em suas palavras:

“(...) O golpe de março-abril substituiu alguns dirigentes corruptos por alguns dirigentes formalmente honestos, mas a corrupção continuou e as punições recaíram apenas sobre alguns corruptos que não tiveram tempo de aderir. Nesse ambiente precário, social e político, se os corruptos dele souberam aproveitar-se, também se aproveitaram os medíocres que cada vez mais iam perdendo as suas oportunidades entre nós, graças à Universidade. Esta, a causa direta do terrorismo cultural que se levantou mesmo à revelia dos altos círculos diretores da nova situação. Para se apossarem dos cargos e da universidade os medíocres

¹³ USP. *Atas do Conselho Universitário*. Livro 28, 552ª sessão, 21 set. 1964, fl. 39-45.

¹⁴ A entrevista foi feita pela repórter Guido Fidélis, sob o título “Realidade Universitária - Professor denuncia: ‘terrorismo cultural e cátedra vitalícia impedem desenvolvimento da USP’”.

¹⁵ *A Gazeta*, São Paulo, 11 mai. 1965.

assanharam o seu atrevimento e as suas ambições contra os verdadeiros universitários. O pior é que os mais sanhudos agressores da universidade, os mais elevados expoentes do terrorismo cultural foram aqueles professores que pela falta de alicerces morais e intelectuais temiam pelas suas cátedras e pelas suas posições. Eles foram constituir as comissões de inquérito que apontaram mais de cinquenta universitários, professores e alunos, que deviam ser expulsos e terem seus direitos políticos cassados. Isso, pelo crime de serem lúcidos e de quererem pensar sem dar satisfação à política. Felizmente - os militares que depois tomaram conta dos processos, mostraram possuir mais respeito pela universidade do que aqueles universitários, porque dos mais de cinquenta indicados para servir de combustível às fogueiras da inquisição, os militares só puderam definir um ou dois nomes como passíveis de um processo de subversão; de corrupção não foram encontrados traços dentro da USP e, isto, porque não se investigou este aspecto. Seria perigoso para os próprios inquisidores.”¹⁶

Todo campo é um lugar de lutas e o campo científico é o espaço de jogo de uma luta concorrencial, na qual se busca o monopólio da autoridade científica ou da competência científica, ou seja, a capacidade de falar e agir legitimamente, que é socialmente outorgada a um agente determinado¹⁷. A luta pela autoridade científica é uma espécie particular de capital social, definido por Pierre Bourdieu, como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento¹⁸. Ao tornar público os problemas da USP, Paulo Duarte imbuíu-se de um capital social que não era legitimado por seus pares dentro da instituição. Por isso, alguns dias depois da publicação da entrevista, a Faculdade de Direito, por iniciativa do professor Alfredo Buzaid, apresentou uma moção ao Conselho Universitário propondo a abertura de um inquérito contra o diretor do IPH, a fim de apurar as injúrias, calúnias e difamações citadas¹⁹. Esse processo administrativo, que o jornalista apelidou de “Processo dos Rinocerontes”, durou cerca de um ano e não foi suficiente para expulsá-lo da Universidade de São Paulo, ao menos naquele momento. O diretor do IPH acabou sendo absolvido nesse processo, mas, em 1969, junto com outros professores, ele deixou a USP compulsoriamente.

Para o sociólogo Florestan Fernandes naquele período ocorreram dois movimentos simultâneos: um localizava-se nas escolas superiores e na universidade; o outro, concentrava-se no centro da sociedade brasileira. Ambos estariam interligados devido ao “*desenvolvimento capitalista da cidade de São Paulo, dos*

¹⁶ A *Gazeta*, São Paulo, 11 mai. 1965.

¹⁷ ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.122-123.

¹⁸ NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 67.

¹⁹ DUARTE, Paulo. *Processo dos Rinocerontes: razões de defesa e outras razões...* São Paulo: s.r., 1967, p. 149-150.

*fermentos lançados pela crueza e magnitude das lutas operárias nesta cidade e do engolfamento das elites e antielites nos conflitos culturais e políticos desencadeados por tais lutas*²⁰. No caso da USP a polarização foi extrema porque as divisões internas, que envolveram professores, funcionários e alunos, eram fruto das lutas de classe. Esse grupo, de características mais ou menos conservadoras, aderiu ao golpe de 64 e levou para a Universidade a ditadura implantada na sociedade global. Isto mostra que o movimento não era “exterior”: a universidade não se “rendeu à ditadura”. Ainda de acordo com o sociólogo:

*“Já no segundo ano da década de 60, os conspiradores civis e militares vasculharam seus pontos de apoio e deram um balanço nas forças vivas da reação existentes na USP. Houve uma mobilização prévia, e os que se distinguiram na fase acesa da rebelião pela conquista do poder governamental foram contemplados com vários cargos públicos, de ministros para baixo. A primeira lista de expurgo de professores e o primeiro projeto de como sufocar a sedição imperante na USP foram traçados nessa fase, numa colaboração íntima de professores com oficiais de serviço de segurança e com policiais do DOPS.”*²¹

Mesmo durante o andamento do processo movido pela Reitoria, Paulo Duarte não esmoreceu em seu propósito de defender a USP. Apesar dos protestos da Direção da Escola Politécnica, os alunos mantiveram o convite e o jornalista foi o paraninfo da turma de 1965. Em seu discurso, elogiou Armando de Salles Oliveira e Júlio Mesquita Filho pela coragem em fundar a Universidade de São Paulo. Atacou a ditadura estadonovista que expulsou os professores estrangeiros da instituição, implantando a mediocridade e iniciando a decadência. Ainda assim, afirmou Duarte, a Universidade era a última catacumba de inconformismo que restava porque nela estava a mocidade. Além do mais, conjugava ensino e pesquisa, tornando-se um órgão da civilização, o único capaz de transformar massas em povo. Caberia à juventude lutar pela defesa da Universidade, para que esta não fosse definitivamente contaminada pela corrupção e depravação que se instaurou na política brasileira. Ao final, o diretor do Instituto de Pré-História citou palavras de Franz Kafka: “os rinocerontes invadiram o templo e beberam o vinho dos vasos sagrados. Isto passou a repetir-se (tornou rotina), até que se chegou a prever a hora do incidente e este incidente tornou-se parte do rito (dos velhos)...” E concluiu, pedindo aos jovens que resistissem aos rinocerontes que tentavam dominar a Universidade²².

As divergências entre Paulo Duarte e alguns dirigentes da Universidade de São Paulo não se iniciaram com o golpe de 64, mas em meados da década de 50. Nas

²⁰ FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 48-49.

²¹ “A respeito de professores que colaboraram com o regime militar podemos citar como exemplos: Luís Antônio Gama e Silva, ex-ministro da Justiça e da Educação; Alfredo Buzaid, também da Justiça; Hugo Leme, da Escola de Piracicaba, ministro da Agricultura; Miguel Reale e Ernesto Leme, que tornaram-se secretários da Justiça, bem como Ataliba Nogueira, secretário da Educação”.

²² DUARTE, *Processo...*, p. 16.

páginas da revista *Anhemi*²³, fundada e dirigida por ele, havia vários artigos que tornavam públicos os problemas da USP, sobretudo os da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Em 1955, indignado com a concessão de láureas a indivíduos que nada representavam para a USP nem a vida cívica brasileira, Júlio Mesquita Filho devolveu seu título de *Doutor Honoris Causa*, concedido a ele em 1934. Alegou que a essência do espírito universitário - a modéstia e o recato - estava sendo desvirtuada pelos professores, tornando o quadro docente um “*órgão de elogios mútuos, a distribuir títulos honoríficos aos seus próprios colegas*”²⁴.

A atitude de Mesquita Filho levou Paulo Duarte a relatar as mazelas da USP, a começar por uma parcela dos professores que pouco se interessavam pela formação da mocidade, mas pelos proventos financeiros que a cadeira oferecia. A regra dos concursos era a de candidatos e bancas fracas. Essa situação ocorria em toda a Universidade, mas, para desgosto de Duarte, também na FFCL que deveria ser “a alma da USP” porque concentrava disciplinas comuns a vários institutos - economia, política, biologia, química, física, matemática - tornando-se o local onde pesquisadores, professores, cientistas e intelectuais aprenderiam a pensar. A Faculdade de Filosofia estava sendo tomada por uma mediocridade desonesta devido a um grupo de professores que tornaram-se “proprietários de cátedras”. Essas “*panelinhas*”, escreveu Duarte na *Anhemi*, eram “*autênticas chocadeiras de mediocridades, futuros professores mais medíocres ainda, mas utilíssimos à panelinha do seu criador*”²⁵. E citava exemplos, como no concurso para a cátedra de Psicologia Educacional, “*cuja realização se resolveu como mera formalidade para dar o posto a um assistente da cadeira ainda não bastante preparado para ocupá-la*”²⁶.

Muito do que foi dito por Paulo Duarte ao jornal *A Gazeta* e a outros órgãos de imprensa na década de 60 não era nenhuma novidade. Os artigos na *Anhemi* tornaram seu relacionamento com a USP bastante tenso. A expulsão da Universidade, ocorrida em 25 de abril de 1969, pôs fim a essas divergências²⁷. O próprio jornalista admitiu:

“As minhas antigas ligações com a Universidade e a minha situação de diretor da revista Anhemi já me haviam colocado em situação especial

²³ A revista *Anhemi* surgiu em dezembro de 1950. De periodicidade mensal, a publicação definia-se como sendo de alta cultura e, segundo Paulo Duarte, fora criada em oposição à imprensa sensacionalista da época. Publicava artigos de intelectuais de diversas áreas e nacionalidades, divulgando também trabalhos de acadêmicos. Por problemas econômicos, a *Anhemi* deixou de ser editada em novembro de 1962.

²⁴ Doutor Honoris Causa. *Anhemi*, São Paulo, v. XXI, n. 61, p. 534-538, dez. 1955.

²⁵ Faculdade de Filosofia. *Anhemi*, São Paulo, v. XXIII, n. 68, p. 350-354, jul. 1956.

²⁶ Faculdade de Filosofia. *Anhemi*, São Paulo, v. XXIII, n. 68, p. 350, jul. 1956.

²⁷ Com base no Ato Institucional n. 5, os servidores compulsoriamente aposentados foram: Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado, Caio Prado Júnior, Elza Salvatori Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Hélio Lourenço de Oliveira, Isaias Raw, Jean Claude Bernadet, Jon Maitrejean, José Arthur Gianotti, Júlio Puddles, Luiz Hildebrando P. da Silva, Luiz Rey, Mário Schenberg, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Olga Baeta Neves, Paula Beiguelman, Paulo Duarte, Paul Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini, Sebastião Baeta Henriques. Os nomes foram publicados no D. O. U. de 29 de abril de 1965.

*dentro da Universidade, desde muitos anos antes de vir nela dirigir um instituto científico.”*²⁸

O golpe de 64 também levou a um afastamento entre Júlio Mesquita Filho e Paulo Duarte. Com a perseguição e expulsão dos melhores professores, os estudantes eram, segundo Duarte, a única coisa boa da USP. Essa opinião não era compartilhada por Mesquita Filho, para quem os estudantes estavam corrompidos pela esquerda, participando “*de agitações provocadas por demagogos e aventureiros ao serviço da subversão*”²⁹. Para Paulo Duarte, assustado com o fantasma do comunismo, o amigo “*voltava às costas ao tigre da corrupção*”, não querendo admitir que o movimento de 64 fora um malogro. E acusou a falta de apoio de *O Estado de S. Paulo* “*que abandona aos seus prostituidores a sua própria filha: a Universidade*”³⁰. Atribuía ao *Estadão* a co-responsabilidade pela difícil situação enfrentada pela USP após o golpe. Paulo Duarte agia, nesse momento, praticamente sozinho, sem nenhum respaldo de peso. Tal isolamento é compreensível. Assim como a atração e a amizade, a hostilidade, a ruptura, o rancor também tem um papel decisivo no meio intelectual. Se, num determinado momento essa afetividade ganha um significação específica, “*num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência*”, em outro, as tensões decorrentes dos debates de idéias e dos fatores afetivos, levam a uma patologia do intelectual. Evidentemente, é preciso tomar cuidado com tal abordagem, já que esta pode ser desviada e, “*de clínica, tornar-se polêmica, alimentando sobretudo uma certa visão antintelectualista*”. No entanto, não se pode abandoná-la totalmente³¹.

A expulsão do diretor do IPH da Universidade de São Paulo em abril de 1969 foi o resultado desse isolamento e da falta de capital científico necessário para atuar naquele campo. Como afirma Bourdieu, sempre que os recursos científicos se acumulam, é importante acumular o capital científico para ter acesso aos problemas e instrumentos científicos, isto é, a luta científica (direito de entrada)³². O afastamento compulsório não foi suficiente para manter Duarte calado. Em 1977 depôs na Comissão Especial de Inquérito sobre a USP, instituída na Assembléia Legislativa de São Paulo. Junto aos deputados, lembrou as origens da Universidade, seus princípios e propósitos, a vinda dos professores estrangeiros e as dificuldades vividas pela instituição a partir do Estado Novo, quando teria começado a intromissão político-partidária. Em 1964, prosseguiu Duarte, boa parte dos professores - “*os rinocerontes*” - aderiu ao golpe, passando a perseguir os alunos que os contestavam. Nesses embates entre professores e alunos, estes últimos sempre tinham a razão porque, segundo o jornalista, os primeiros eram, na maioria das vezes, incompetentes, desatualizados e pouco interessados na formação dos

²⁸ Unicamp - Arquivo Paulo Duarte - Pré-História: correspondência (1960-1965) - Pasta 288.

²⁹ Unicamp - Arquivo Paulo Duarte - USP: reforma universitária (1965) - Pasta 365: carta de Paulo Duarte a Júlio Mesquita Filho (06 set. 1965).

³⁰ Unicamp - Arquivo Paulo Duarte - USP: reforma universitária (1965) - Pasta 365: carta de Paulo Duarte a Júlio Mesquita Filho (31 jan. 1965).

³¹ SIRINELLI, Os intelectuais, p. 250.

³² ORTIZ (org.), *Pierre Bourdieu...*, p. 143.

alunos. Essa situação o fez posicionar-se ao lado dos estudantes contra a invasão da USP pela polícia militar, fato que teria sido causado pelas intrigas de professores irritados com os alunos. O ex-diretor do Instituto de Pré-História considerava que a Universidade de São Paulo estava decadente, não acreditando na sua reabilitação e, por isso, aceitou depor - queria demonstrar que não era cúmplice do descalabro que reinava na instituição.

Mas as críticas de Paulo Duarte não se limitaram à Universidade que ajudou a fundar. Manifestou descontentamento com a criação de inúmeras faculdades no interior do estado, onde os professores, sem morar próximo ao local de trabalho, saíam de São Paulo para lecionar. Na opinião do jornalista, o professor que agia dessa forma era apenas um burocrata recebendo vencimentos como docente. Com uma situação dessas, era impossível haver envolvimento com o trabalho, desconhecendo os alunos e dando um tipo de aula que era um “*comiciozinho de prosa fiada*”³³. A criação de uma universidade, com faculdades espalhadas em Rio Claro, Franca, Marília, Ilha Solteira, contradizia a própria palavra *universitas* porque “*todos têm que ficar juntos, todos têm que aprender juntos, porque o aluno aprende com o professor e o professor, se for bom professor, aprende todos os dias com o aluno também*”³⁴. Paulo Duarte declarou que, se vivo, o amigo Júlio Mesquita Filho ficaria indignado ao ver seu nome dado a uma “*Universidade arquipélago*”. E para Duarte, a Universidade de Campinas era a única esperança de reabilitar a Universidade do Brasil porque seu fundador, Zeferino Vaz, instituiu, com competência e dignidade, a tecnologia; aliada à ciência pura e a pesquisa, pois estas últimas deveriam dominar a primeira.

Na Comissão Especial de Inquérito, o ex-diretor do IPH falou ainda da necessidade de melhor fiscalização do uso de verbas para evitar o desperdício de dinheiro público e mostrou-se favorável ao pagamento da universidade pública pelos alunos de classes abastadas. Era contrário ao empréstimo de dinheiro concedido pelo Estado aos estudantes para o financiamento do curso superior. Ele entendia que o governo tinha grandes chances de levar um calote. Em seu depoimento, Paulo Duarte demonstrou não aceitar a idéia de democratização do ensino pelo fato de as faculdades particulares existirem e terem muitos alunos. Para Duarte isso não era democracia, e sim demagogia. Defendeu melhores salários aos professores para que o ofício do magistério não se tornasse definitivamente um bico. E por fim, o jornalista lembrou que a instituição mais importante da sociedade era a universidade por ser a sua estrutura. Sem a universidade não seria possível uma sociedade “*hígida*” e, citando a frase de um professor a De Gaulle - “*A tropa de choque da França é a Universidade*” - acrescentou que o futuro do Brasil estava associado ao da universidade.

Sem dúvida esse foi um dos poucos momentos em que o jornalista agiu sozinho, defendendo ferozmente não apenas a Universidade de São Paulo, mas as

³³ Comissão Especial de Inquérito sobre a USP - Íntegra dos esclarecimentos prestados pelo professor Paulo Duarte em 12 de maio de 1977. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23 ago. 1977.

³⁴ Comissão Especial de Inquérito sobre a USP - Íntegra dos esclarecimentos prestados pelo professor Paulo Duarte em 12 de maio de 1977. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23 ago. 1977.

instituições de ensino superior. Com relação a USP, Paulo Duarte, mais do que um do fundadores, mostrava-se, segundo Florestan Fernandes, “um feitor ciumento e, por vezes, intransigente”³⁵.

Bibliografia

ADUSP. *O Livro Negro da USP: o controle ideológico da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Adusp, 1978.

DUARTE, Paulo. *O resto não é silêncio...* (oração de paraninfo da turma de 1965, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). São Paulo: s.r., 1966.

_____. *Processo dos Rinocerontes: razões de defesa e outras razões...* São Paulo: s.r., 1967.

_____. *Memórias: Selva Oscura* - vol. III. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. *O espírito das catedrais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. A Universidade de São Paulo. In: *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1966.

USP. *Atas do Conselho Universitário*. Livro 28, 552a sessão, 21 set. 1964.

RESUMO

PAULO DUARTE E A DEFESA DA UNIVERSIDADE

O jornalista e intelectual Paulo Duarte participou, em 1934, da fundação da Universidade de São Paulo (USP) onde, em 1962, também criou e dirigiu o Instituto de Pré-História (IPH). A partir do golpe militar de 1964, Duarte, que sempre denunciou as irregularidades que ocorriam na USP, passou a ser considerado uma figura incômoda. O artigo trata da atuação do jornalista na instituição nesse período, quando sofreu represálias e foi perseguido por seu posicionamento feroz e crítico na defesa da Universidade que ajudou a criar. Por essa razão, ele foi cassado e expulso da USP.

Palavras-Chave: Intelectuais Paulistas, Golpe de 64; Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

PAULO DUARTE AND THE DEFENSE OF UNIVERSITY

In 1934, the journalist and intellectual Paulo Duarte participated of São Paulo University (USP) foundation, where in 1962, he created and was director of Pre-History Institute. Since *coup d'etat* in 1964, Duarte becomes an inconvenience personage. The article shows his action at University in decade of 60, when Paulo Duarte was chidden because he made accused about unruly at USP. So, he was abrogated and banish from São Paulo University.

Keywords: Paulistas Intellectuals; 64' Coup d'Etat; São Paulo University.

³⁵ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 1979.